

Ex<sup>o</sup> Senhor Dr. Jorge Costa, Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Ex<sup>a</sup> Senhora Dr<sup>a</sup> Dulce Rocha, Procuradora Geral Adjunta e Presidente da Direcção do Instituto de Apoio à Criança

Ex<sup>a</sup> Senhora Dr<sup>a</sup> Maria João Fernandes, Vice Presidente da Comissão Nacional para Promoção dos Direitos e Protecção das Crianças e Jovens

Ex<sup>a</sup> Senhor Dr. Guido Fluri, Presidente da Fundação Guido Fluri e Promotor da Justice Initiative

Ex<sup>as</sup> Senhoras e Senhores

Em representação do Ex<sup>o</sup> Reitor da Universidade, Professor Afonso de Oliveira Martins, que por circunstâncias de natureza pessoal não pode estar presente, quero em primeiro lugar dar as boas vindas aos membros da Mesa e a todos os que, presencialmente ou por outras vias, se associam à iniciativa.

Em segundo lugar, manifestar a honra que a Universidade Lusíada tem em acolher a realização do presente Encontro, subordinado ao tema “ O Direito da Criança à Não Violência”. Por diferentes motivos.

Desde logo pelo tema. Numa sociedade civilizacionalmente moderna, que toma os direitos fundamentais do ser humano como pedra basilar do equilíbrio social, os direitos da criança, *maxime* a protecção contra a violência, devem ocupar lugar de destaque. Sabemos que nem sempre foi assim. Ainda que juridicamente, a condição humana lhe estendesse a protecção em geral dada à pessoa, a condição de criança foi por demasiado tempo vista como ferida por uma *capitis deminutio* em várias componentes do seu relacionamento com o adulto e a sociedade. A ideia de que o crescimento, a educação e o desenvolvimento da personalidade se podiam fazer sem valorizar excessivamente os seus direitos enquanto ser merecedor de atenção especial, foi frequentemente marca cultural arrastada no tempo, só já em fases avançadas o paradigma se começando a inverter. Para além de situações associadas a formas culturais de compreender a educação, a circunstância de a criança ser um elo frágil no tecido social também favoreceu, durante muito tempo, a sua vivência num limbo onde a protecção nem sempre chegava, ao menos com a intensidade que hoje se considera ser exigível. Tudo isto mudou e muito, já, pelo menos em algumas sociedades. Mas, tal como a democracia é uma situação frágil que necessita ser objecto de cuidado, a criança enquanto ser dependente continua a necessitar de uma permanente atenção, para corrigir, melhorar ou aperfeiçoar formas de protecção e de relacionamento com a sociedade em geral. Dada a importância do tema a Universidade Lusíada apenas poderia dar o seu apoio a uma iniciativa que tenha por objecto tal preocupação.

Mas a honra decorre também de outros motivos. O painel de intervenientes e de entidades associadas é constituído por instituições e especialistas de muito elevado gabarito, nacionais e estrangeiros, alguns dos quais meus conhecidos desde há décadas, umas e outros relacionados com as múltiplas componentes organizacionais que na sociedade se preocupam especialmente com a temática. Este facto é à partida garante do elevado nível com que os

trabalhos se irão desenvolver. Uma Universidade é local de ensino, mas também de debate académico e científico sobre todas as formas de saber e sobre temas que, de algum modo, possam contribuir para o progresso social. Por isso, a presença dos intervenientes dignifica-a e nessa medida a Universidade sente-se parte de um projecto em sintonia com a sua missão.

Não sendo especialista no tema, mas apenas alguém consciente da sua importância, não me alongarei mais. Termino desejando um estimulante trabalho e reiterando a disponibilidade da Universidade para apoiar no que necessário for.

Lisboa 27 de Abril de 2023

(J. Duarte Nogueira - Vice Reitor)